

# **"I Seminário Nacional de Trabalho e Gênero"**

**As mulheres idosas e o mercado de trabalho.**

**Ana Júlia Rodrigues do Nascimento  
Marta Rovey de Souza**

**Goiânia, fevereiro de 2006.**

## **As mulheres idosas no mercado de trabalho.**

*Ana Júlia Rodrigues do Nascimento\**

*Marta Rovey de Souza\*\**

### **Resumo**

A participação crescente da população feminina no mercado de trabalho é um fato que vem sendo observado e problematizado por um considerável número de estudiosos, das mais distintas áreas do conhecimento. As mudanças na estrutura etária da população brasileira, também têm despertado um enorme interesse da comunidade acadêmica. O desafio deste trabalho consistiu na realização de um esforço ao tentar discutir as relações existentes entre o mercado de trabalho, uma população idosa feminina crescente a luz de uma discussão atualmente muito presente nas ciências sociais que são os impactos da globalização e das mudanças no mundo do trabalho.

**Palavras chave:** envelhecimento, trabalho feminino e globalização.

---

\* Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

\*\* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

## 1. Introdução

Este trabalho pretende apontar correlações entre o envelhecimento e o mercado de trabalho, fazendo um recorte de gênero, a fim de traçar o perfil das mulheres idosas que ainda tem obrigações no âmbito do trabalho.

Inicialmente e importante ressaltar que a definição de idoso que será utilizada neste trabalho baseia-se nas seguintes legislações: *Lei Orgânica de Assistência Social* (Lei n.º. 8.742, de 7 de dezembro de 1993); *Política Nacional do Idoso* (Lei n.º. 8.842 de 4 de janeiro de 1994) e regulamentada (Decreto n.º. 1.948, de 3 de julho de 1996); *Estatuto do Idoso* (Lei n.º. 10.741, de 1 de outubro de 2003) n.º. 10.741, de 1 de outubro de 2003). A literatura sobre esse tema, as leis que ultimamente o ampara, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a previdência social, definem por idoso, o indivíduo com 60 ou mais anos.

Os inúmeros desafios trazidos pela modernidade, como a industrialização e a urbanização, acarretaram transformações importantes e decisivas no mundo do trabalho, gerando conseqüências nas mais diferentes instâncias da vida das populações. Os trabalhadores que não acompanham tais mudanças e que não se têm como se preparar para responder às necessidades impostas por esta nova ordem estão automaticamente desligados e fora do mercado de trabalho. Neste sentido, as implicações tendem a se avolumar na medida em que este indivíduo é uma mulher e idosa.

No entanto observa-se que os estudos sobre o mercado de trabalho no Brasil têm privilegiado na maior parte das vezes uma ou outra instância, ou seja, idade ou sexo, bem como estão mais direcionados para uma lógica de mercado se esquecendo dos impactos sociais que tais transformações tem acarretado.

É importante também considerar que as políticas públicas que buscam atender a população idosa na grande maioria das vezes possuem muito mais um caráter assistencialista se esquecendo dos aspectos relacionados à inclusão social destes indivíduos.

Sendo assim, considera-se que discutir e pensar o mercado de trabalho, considerando apenas categorias etárias e de sexo sem fazê-lo mediante uma perspectiva de gênero é no mínimo simplista.

## 2. Cenário do envelhecimento populacional.

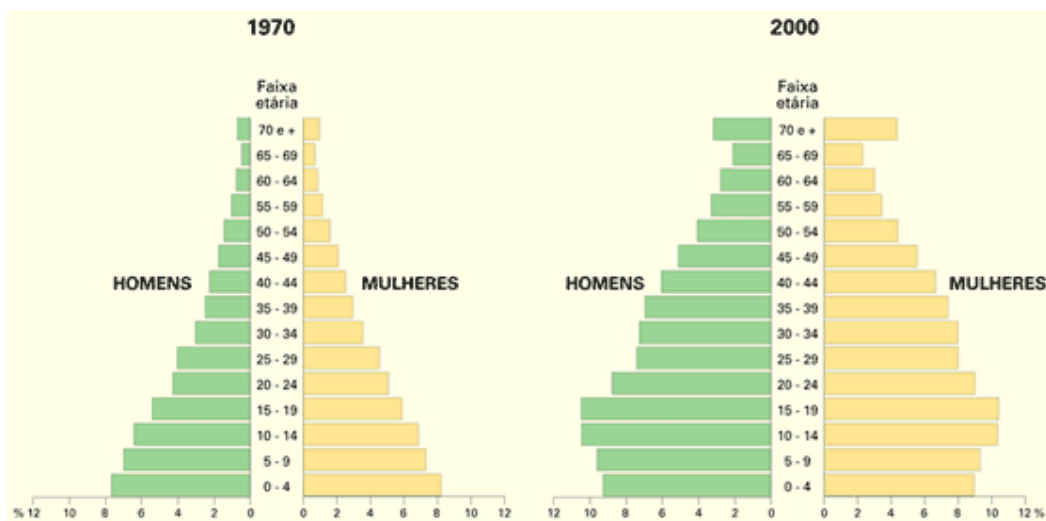
O Brasil vem apresentando nos últimos anos, uma mudança em sua composição populacional. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), até o ano de 2025, a população idosa no Brasil crescerá 16 vezes, contra cinco vezes da população total. Isso classifica o país como a sexta população do mundo em idosos, correspondendo a mais de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade (Esteves, 1998). Sendo assim não há mais sentido falar que o Brasil é um país de jovens. De acordo com Berquó (2000): “O crescimento da população idosa torna-se cada vez mais relevante porque ele já supera aquele da população total” (p.13).

Em 1900, a expectativa de vida no Brasil não ultrapassava os 33,7 anos; em 1940 alcançou 39 anos; em 1950 chegou há 43,2 anos; em 1960 já era 55,9 anos; entre as décadas de 60 e 80 alcançou os 63,4 anos. Atualmente, está em 68 anos e em 2025 será de 80 anos.

O Brasil, no século XX, teve sua população aumentada em quase dez vezes. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que em 1900 a população brasileira era de 17.438.434 ao passo que, chegou-se no ano de 1999 com uma cifra de 163.947.500 habitantes.

A pirâmide etária, que representa a estrutura populacional, que outrora possuía uma base larga, conseqüência de uma fecundidade elevada (muitos nascimentos), passa a assumir um desenho diferente com o aumento da expectativa de vida da população brasileira a partir da década de 80. As quedas nas taxas de fecundidade e de mortalidade são as responsáveis por tamanhas mudanças. No tocante a fecundidade, estudos demográficos mostram que as mulheres têm a cada dia um número menor de filhos. A taxa de fecundidade vem caindo significativamente, passando de 6,2 filhos nos anos 50 para 2,1 filhos por mulher na atualidade (2000), número este considerado mínimo para que uma população possa ser reposta. A população aumenta sua expectativa de vida (melhorias e avanços na medicina, etc.) e diminui consideravelmente o número de nascimentos, esta seria a explicação para entender o comportamento do envelhecimento hoje no Brasil. Vale mais uma vez ressaltar que o grupo etário de 60 anos e mais é o que mais cresce comparativamente aos demais grupos.

**Figura 1: Pirâmide Etária da População Brasileira dos anos de 1970 e 2000**



Fonte: IBGE

A figura 1 nos permite observar o quanto tem sido significativo o crescimento da população idosa em nosso país. De acordo com o Censo 2000, realizado pelo IBGE, a população de 60 anos ou mais de idade, no Brasil, era de 14.536.023 de pessoas, em 1991 este número era de 10.722.705. Estes dados mostram que o número de idosos aumentou em quase 4 milhões em 11 anos. Nota-se também que o número de mulheres idosas é superior ao dos homens.

O Censo 2000, também aponta que há um nítido crescimento da participação de pessoas cada vez mais velhas na População em Idade Ativa (PIA). Fazendo um recorte por idade e sexo do chefe da família, os dados do IBGE mostram que 27,7% de mulheres entre 15 a 19 anos são responsáveis pelo domicílio. 16,6%, são as que estão na faixa

etária dos 20 aos 29 anos, 18,7% de 30 a 39 anos, 23,8% de 40 a 49 anos, 32,8% de 60 a 64 anos, e acima dos 65 anos, 39,8% das mulheres são responsáveis pelo domicílio.

Esses dados demonstram o lugar da mulher idosa nos domicílios e da feminização do envelhecimento. Um terço das mulheres responsáveis pelo domicílio tem mais de 60 anos de idade, isso pode ser explicado devido ao fato da expectativa de vida das mulheres ser mais elevada que a dos homens. Muitas idosas responsáveis pelo domicílio são viúvas. Sobre a feminização da população idosa podemos observar que, em 1991 as mulheres correspondiam a 54% da população de idosos, passando para 55,1% em 2000. Isto significa que para cada 100 mulheres idosas, havia 81,6 homens idosos, relação que em 1991 era de 100 para 85,2.

Outro elemento importante para esta discussão pode ser atribuído à situação de mortalidade diferencial por sexo que prevalece na população brasileira. Desde 1950 às mulheres possuem a esperança de vida superior ao dos homens. Em 1980, a esperança de vida para os homens era de 59 anos, enquanto para as mulheres correspondia há 65 anos. Isto remete a uma diferença de 6 anos, em 1991, passou há 7 anos a diferença na esperança de vida; projeções para 2010 e 2020 apontam uma diferença de 6 anos que privilegia as mulheres (Baeninger e Berquó, 2000).

As diversas mudanças no mundo do trabalho, as transformações nos desenhos das famílias, bem como as relações de gênero, poderiam segundo alguns autores (Goldani apud Camarano, 1999) explicar parte de transformações estruturais na composição populacional e nas relações humanas em geral. A discussão sobre os novos arranjos familiares também se relaciona com a temática proposta ao se observar o papel desempenhado pelos filhos em uma família nuclear/tradicional e como este papel passa a ser redefinido quando o número de filhos diminui. E se antes a responsabilidade pelo cuidado dos pais na velhice era atribuição de algum destes filhos (a maioria dos filhos que desempenhavam este papel eram as mulheres) a quem agora diante desta nova configuração caberia este cuidado? Por isso a discussão sobre a previdência social é tão oportuna, bem como a de políticas públicas adequada.

Os tipos de família encontrados no passado eram compostos por um alto número de membros, vários filhos. Em muitos lares notava-se que um ou mais filhos não se casavam para destinar sua vida ao seu idoso, pai ou mãe, quando não eram os dois. Isso não é mais frequente em nossa sociedade. O idoso de hoje experimenta uma questão de transição familiar. Tem que se moldar a mais essa mudança social e conviver com a mesma. A nova versão de família encontrada nos lares brasileiros traz consigo implicações de caráter demográfico, cultural, político e social.

A mesma autora elenca elementos fundamentais como: o aumento nas taxas de separação e divórcio, a diminuição no tamanho da família e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho para explicar a “solidão” de muitos idosos, principalmente das mulheres.

Em sua obra “A solidão dos moribundos” (2001), Norbert Elias retrata a questão do envelhecimento nas sociedades pré-industriais e industriais. Segundo ele, “o processo de envelhecer produz uma mudança fundamental na posição de uma pessoa na sociedade, e, portanto, em todas as relações com os outros” (p.83). O poder e o status das pessoas mudam rápida ou lentamente, quando estas chegam aos sessenta, aos setenta, oitenta ou noventa anos.

O idoso tem que enfrentar alguns problemas relacionados à idade, que segundo o autor são: “a identificação com os velhos e com os moribundos compreensivelmente coloca dificuldades especiais para as pessoas de outras faixas etárias” (p.80). O corpo

possui limites que lhes são particulares. A disposição e realização de algumas tarefas são restritas a faixas etárias inferiores.

No curso de um processo civilizador, mudam os problemas enfrentados pelas pessoas. Mas não mudam de uma maneira desestruturada, caótica. Examinando de perto, detectamos uma ordem específica mesmo na sucessão de problemas sociais humanos que acompanham o processo. Esses problemas também têm formas que são específicas de seu estágio particular. (p.24)

A previdência social, as leis e o Estado, de uma maneira geral, têm garantido maiores direitos a esse público, o que representa certo avanço em relação a épocas anteriores. Segundo a antropóloga Guita Gin Debert, a aposentadoria é uma nova forma de conceber a velhice e analisar um conjunto de transformações que acompanharam o desenvolvimento da sociedade capitalista e levaram à criação de instituições que tendem a substituir parcialmente a família no tratamento das gerações mais velhas. Porém, se o valor pago aos aposentados não é capaz de prover o seu sustento, isto passa a ser um problema, o que por sua vez leva muitos idosos que são chefes de família a continuarem no mercado de trabalho. Deve-se também considerar o fato de que nem todos os idosos conseguem se aposentar, já que alguns e fundamentalmente as mulheres são as que menos acesso tem a aposentadoria por razões estas que de alguma maneira já estiveram presentes nas preocupações colocadas aqui. Assim, para a maior parte das mulheres com certeza envelhecer nas condições atuais do mundo do trabalho, na lógica precária da previdência social passa a se constituir em um grande problema social.

Então temos duas situações limites: as mulheres aposentadas que ainda trabalham para complemento de suas rendas e as idosas que não conseguiram se aposentar; em ambos os casos estas mulheres idosas precisam se manter ativas no mercado de trabalho e por muito mais tempo.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) garante o pagamento de um salário mínimo mensal à pessoa com 65 anos ou mais, que comprove não possuir meios de prover a sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, mediante o Benefício de Prestação Continuada.

### **3. As mudanças no mundo do trabalho.**

As últimas décadas do século passado foram marcadas por profundas transformações do sistema capitalista mundial. Tais transformações atingiram nações inteiras, são as chamadas interações transnacionais, acarretando mudanças no mundo do trabalho.

Anthony Giddens em seu livro “As conseqüências da modernidade” (1991) pontua que, as sementes da globalização são plantadas pelos processos de modernização. Giddens não concebe a modernização como representante do começo de uma nova era ou sequer época da humanidade, é uma continuação de tendências postas em movimento pelo processo de modernização que teve início na Europa do século XVIII. A modernização substituiu as formas de sociedades tradicionais que eram baseadas na agricultura.

O homem lidava com a relação tempo e espaço de forma diferenciada. Giddens diz que a modernização e a modernidade são baseadas em um processo, segundo o qual uma

idéia fixa e estreita de “lugar” e “espaço” (que prevalece nos tempos modernos) são gradualmente destruídas por um conceito mais amplo de “tempo universal”.

O processo de modernização “distanciou” os indivíduos e as comunidades das sociedades tradicionais destas noções estreitas de tempo, espaço e status. A modernização “desencaixou” o indivíduo feudal de sua identidade fixa no tempo e no espaço. Em “Modernidade e Identidade” (2002), Giddens discute a modernidade e suas relações com a vida individual. A falta de sentido pessoal e a sensação de que a vida nada tem a oferecer, tornou-se um problema psíquico fundamental na modernidade tardia. Para Giddens, o “isolamento existencial” não é tanto uma separação do indivíduo em relação aos outros, mas uma separação entre o indivíduo e os recursos morais necessários para se viver uma existência plena e satisfatória.

Anthony Giddens e Ulrich Beck, optam por caracterizar os anos 80 e o declínio do Estado de Bem-Estar como o período da modernização reflexiva, ou seja, uma fase da história caracterizada pela confrontação da modernidade consigo mesma, com acúmulo de riscos e ruptura de fronteiras - do âmbito pessoal ao planetário. Giddens define “globalização” como ação à distância, nela, os contextos locais têm seus sentidos esvaziados, sendo redefinidos pelo global e vice-versa. Sendo assim, o indivíduo sofre o impacto de tamanhas transformações, adaptando-se as mesmas ou ficando de fora, sentindo-se excluído e de fato, sendo excluído das formas de sociabilidade que as novas tendências da vida moderna trazem consigo.

Como consequência destes processos, além da redução dos postos de trabalho e do aumento do desemprego, maiores restrições vêm sendo colocadas pelo mercado de trabalho. Os empregos assalariados regulamentados diminuem e cresce o número de trabalhadores autônomos, lógica esta incentivada pela terceirização de serviços nas empresas, como pela iniciativa do trabalho por conta própria. Ou seja, o emprego com registro em carteira de trabalho que predominava na indústria, quando perdido, é na maior parte das vezes substituídas por ocupações autônomas ou temporárias caracterizadas por maior instabilidade, resultando em impactos negativos para as condições de sobrevivência das famílias. Destas alterações provocadas pela reestruturação produtiva e organizacional resultam prejuízos da qualidade da inserção no sentido da precarização dos vínculos e da perda da proteção oferecida pelos direitos trabalhistas.

Segundo Habermas (1984), o trabalho é concebido enquanto atividade vital do homem, não somente considerado sob o aspecto produtivo, mas inclui a relação do homem com as outras espécies e consigo mesmo, a relação homem natureza que se estabelece pela interação, apresenta-se como importante instrumento analítico para a compreensão da subjetividade formada nos diversos espaços institucionais.

A esse respeito, pode-se concluir que se alterando as configurações do cenário do trabalho, alteram-se também as maneiras de interação dos homens entre si.

Georg Simmel em “A metrópole e a vida mental” (1967), argumenta que a mudança do meio rural para a vida urbana acarretou ônus e bônus para quem nela se inseriu. Esta também é uma perspectiva que deve ser incluída para problematizar a série de mudanças que o indivíduo enfrenta no tocante a industrialização e urbanização. A metrópole, para esse autor, é a sede da economia monetária. O dinheiro distancia as pessoas e nivela coisas pelo seu valor monetário. Nas grandes metrópoles as pessoas tendem a ser indiferentes umas com as outras, esse tipo de vida traz isolamento. Há um distanciamento físico, emocional e geográfico. As relações são de impessoalidade e estranheza.

Nota-se que, atualmente o mercado de trabalho encontra-se cada vez mais exigente e seletivo. Exige-se mais capacitação, experiência profissional, boa aparência, domínio de

idiomas e de computação, curso superior e vários outros pré-requisitos. Atuar nesse mercado está muito difícil, mesmo para quem possui tais atributos, afinal temos uma oferta menor que a demanda.

É preciso mais uma vez ressaltar que as transformações específicas da modernidade, a industrialização e a globalização, deram nova roupagem ao mercado e as relações de trabalho em geral. Tem-se novo mercado, mais competitivo, mais exigente, mais fechado. Nota-se que a busca por melhores condições de vida e de alguma forma de acesso ao ganho, é uma constante, que com a modernidade ganha traços negativos. Os postos de trabalho diminuem, a competição aumenta, e as condições de trabalho estão cada dia piores. Sendo assim, cresce o nível de subempregos, do trabalho informal, dos baixos salários, ou seja, estamos diante da precarização do mundo do trabalho.

Giddens (1991), afirma estarmos nos distanciando de um sistema baseado na manufatura de bens, para um outro chamado de “sociedade de informação”. Há também a “sociedade de consumo”, onde muitas vezes os próprios trabalhadores não podem consumir aquilo que produzem. Essas são características atuais do mundo do trabalho contemporâneo.

#### **4. População idosa, mulheres e mercado de trabalho.**

Vários estudiosos apontam que homens e mulheres envelhecem de forma diferenciada. Para Goldani (1999), homens e mulheres vivem de formas diferentes, portanto, ao envelhecer, também apresentam características diferenciadas. Fatores sociais e genéticos como: gênero, raça, classe social, situação conjugal e cuidados prévios com a saúde, possibilitam aos idosos “envelhecimentos específicos”. Uma característica importante e que deve ser considerada é que a mulher brasileira não teve, em muitos casos ao longo de sua vida, trabalho remunerado, noutros, essa mulher era trabalhadora doméstica ou fruto do mercado informal, deixando de ter garantida a sua aposentadoria. Ainda deve-se levar em conta o fato das mulheres receberem salários menores que os homens.

Dados do IBGE apontam que em Goiânia houve um expressivo aumento do número de mulheres com mais de 60 anos responsáveis pelo domicílio, o percentual de 38%, em 1991 subiu para 57% em 2000. Em contrapartida, o número de homens com mais de 60 anos que são responsáveis pelo domicílio diminuiu de 62% em 1991 para 43% em 2000. Mediante o exposto, verifica-se a necessidade de se problematizar essas diferenças, mostrando, sobretudo, como as mulheres permanecem no mercado de trabalho, mesmo depois de envelhecer e chegar à idade de se aposentar.

O IBGE também traçou o perfil socioeconômico da população idosa, pesquisou em Goiânia, uma população urbana de 48.084 de idosos, destes, 5,3 % não têm rendimento; 32,6 % vivem com até um salário mínimo e 14,8% vivem tendo como rendimento entre 1 e 2 salários mínimos. Já entre a população rural, 4,7 % não têm rendimento, 42,9 % possuem até um salário mínimo e 19,6 % vivem com uma renda entre 1 e 2 salários mínimos. No caso da população urbana, quase 50 % dos idosos vivem com uma renda mensal de até R\$ 400,00. No caso rural, os idosos ultrapassam aos 50%. Cabe ressaltar que todos os pesquisados eram responsáveis pelo domicílio.

Sobre o grau de instrução, foi pesquisada, em 1991, uma população de 30.506 indivíduos idosos e observou-se que, destes: 33,2% não têm instrução; 21,3% possuem de 1 a 3 anos de estudo; 22% estudaram 4 anos; 3,8% de 5 a 7 anos; 7,1 de 8 a 10 anos; 7,1



entre 11 e 14 anos e apenas 5,6% estudam 15 ou mais anos. Em 2000, com uma população de 48.380, o IBGE constatou que: 23,1% não têm instrução e menos de 1 ano de estudo; 22,9 % estudaram de 1 a 3 anos; 20,1 %, 4 anos; 6 % de 5 a 7 anos; 7,9% 8 a 10 anos, 11,1% de 11 a 14 anos e apenas 8,8 % estudaram 15 anos ou mais.

Fazendo uma correlação entre sexo, renda e alfabetização destes idosos, conclui-se, portanto que, em Goiânia, o idoso em geral, vive mal, com níveis de renda e alfabetização baixos, e em alguns casos ainda é o único provedor da família o que por sua vez os levam a ter que continuar trabalhando, mesmo atingindo a idade da aposentadoria.

O IPEA comprovou que a qualificação é um importante fator de integração do indivíduo idoso no mercado de trabalho e aqueles que são desprovidos dela tendem a aceitar qualquer função, de acordo com suas necessidades. Em 2002 verificou-se que, boa parte dos idosos brasileiros ainda trabalha, esse número ultrapassa 30% o total da população empregada (Camarano 1999). Destes, 64,6% desempenham um papel importante para a manutenção da família, significam muitas vezes a única fonte de renda da mesma.

Um dado preocupante refere-se ao tipo de família do idoso, 12,1% dos idosos brasileiros, moram sozinhos. Isso vem de encontro ao observado sobre as mudanças nos modelos de família brasileira, onde o idoso que mora sozinho tem que garantir sua sobrevivência e realizar qualquer tipo de atividade remunerada, aceitando assim, empregos com péssimas condições materiais de realização e maus remuneração, principalmente quando este não tem acesso à aposentadoria. Estes aspectos são agravados quando se analisa a questão de gênero no que se refere ao mercado de trabalho.

A mulher passou atuar no mercado de trabalho, realizando tarefas distintas, que anteriormente eram prioridade dos homens, mas não em igualdade de condições.

Historicamente, podemos afirmar que, o trabalho feminino formal se iniciou com as I e II Guerras Mundiais período este em que as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens no mercado de trabalho. Com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, algumas leis passaram a “beneficiar” as mulheres, incluindo-as cada vez mais, como uma estratégia de consolidação do novo modo de produção e não com uma perspectiva de direito ao trabalho para homens e mulheres.

Além do crescimento contínuo do trabalho feminino, identifica-se, também, uma tendência de manutenção do nível elevado de atividades produtivas até idades mais avançadas. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que as taxas de atividade das mulheres em idades intermediárias e mais elevadas são crescentes, enquanto as das mais jovens são estáveis, observando-se um progressivo amadurecimento da mão de obra feminina ocupada (Lavinias, 2001). Essa mesma autora mostra que, além do crescimento sustentado da taxa de atividade feminina, outra tendência interessante diz respeito ao melhor desempenho das mulheres na disputa por postos de trabalho. De fato, desde meados dos anos 80, a taxa anual de emprego das mulheres mostra-se mais elevada que a masculina, levando a um forte aumento do sexo feminino entre os ocupados. A absorção da mão-de-obra feminina tem sido, portanto, superior à masculina em todas as fases recentes da economia brasileira.

São explicações também causais para o aumento do emprego entre as mulheres, a maior flexibilização do mercado de trabalho e a “precarização” das relações de trabalho, com o aumento da ocupação por conta própria e da informalidade em geral.

Para Barbot-Coldevin (2000) a relação entre gênero e envelhecimento baseia-se nas mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo e nos acontecimentos ligados ao ciclo de vida. A maior longevidade feminina implica transformações nas várias esferas da vida

social, uma vez que o “significado da idade está profundamente vinculado ao gênero” (p.16).

### **5. Considerações finais.**

Este trabalho buscou discutir aspectos relacionados ao envelhecimento populacional, principalmente no que se refere às questões de gênero. A população idosa é a que mais cresce nos últimos anos, e as projeções apontam que ela continuará a ser destaque nas próximas décadas. Os dados também mostraram que as mulheres são a maioria entre a população idosa: o fenômeno conhecido como a “feminização da população idosa”. O que este trabalho buscou discutir e problematizar é o aumento desses idosos no mercado de trabalho.

O idoso tem que enfrentar muitos problemas, pois a vida urbana não está preparada para o crescimento de pessoas idosas. Além dos mesmos que pessoas de todas as outras faixas etárias em geral enfrentam como condições difíceis na área de saúde, precária situação familiar, reduzida oferta de empregos, carência econômica, inexistência de políticas públicas e amparo social, problemas educacionais, de gênero, habitacional, racial, etc, também lida com o preconceito por ser idoso, ter menos capacidade física, emocional, não se enquadrar nos moldes de beleza e habilidade, e na maioria das vezes, não ser economicamente ativo.

A discussão sobre globalização que permeou esse estudo trouxe elementos novos para compor a discussão proposta, a questão da industrialização, do desencaixe, da inserção dos meios de informação e comunicação, de um mercado de trabalho cada vez mais complexo, seletivo, excludente, remete a problemática da mulher idosa no mercado de trabalho.

A mulher vem apresentando conquistas diversas em sua trajetória, desde o direito de votar, até a inserção no mercado de trabalho, enfim, também garantiu papéis que antes não lhe eram conferidos. Porém, ela possui agora desafios que antes não tinha, para enfrentar a seletividade que a modernidade trouxe e ao mercado de trabalho. E ainda devemos salientar que, no caso das mulheres idosas seja as sozinhas sejam as residentes em outros tipos de domicílios ambas estão comprometidas com o seu sustento e de sua família.

Observou-se que tem aumentado o número das mulheres idosas responsáveis pelo domicílio, que a aposentadoria é “privilégio de poucos”, e que em sua maioria, os idosos vivem com uma renda baixa, que aceitam empregos sub-humanos, já que precisam de renda para seu sustento e não têm preparação para cargos melhores. As mulheres ainda têm salários inferiores, e tendem a aceitar empregos que permitam conciliar à sua rotina de trabalho.

Este assunto trouxe a baila no caso das mulheres idosas e o mercado de trabalho todas as correlações e abordagens que são necessárias para tratar um tema revestido de tanto preconceito e desigualdade. Este trabalho não esgota um tema tão amplo, sua intenção e de colaborar de alguma maneira com esta discussão.

### **6. Referências Bibliográficas**

BAENINGER, Rosana e BERQUÓ, Elza. **Os idosos no Brasil, considerações demográficas.** Textos NEPO. Campinas, 2000.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. **Lex:** Boletim Secretaria de Cidadania, Governo de Goiás, dez. 2004.

BRASILIA. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/DF, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia (org.) **Muito além dos 60: Os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro:IPEA, 1999.

CARVALHO, José Alberto Magno de, **Introdução a alguns conceitos e medidas em demografia**. 2 ed.ver. São Paulo: ABEP,1998

DEBERT, G.G. **A reinvenção da velhice: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo. Edusp, 1999.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de “Envelhecer e Morrer”**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ESTEVES, B. O Brasil de cabelos brancos. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 23, n.137, p. 18-21, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 1998.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

IBGE. **Censo 2000**. <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2006.

LAVINAS, L. Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. **Textos para Discussão** n. 826. IPEA, Rio de Janeiro, 2001.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a Vida Mental**. In: VELHO, O.G (org.).**O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMÕES, Júlio Assis. A maior categoria do país: O aposentado como ator político.

Moraes, Myriam, Barros, Lins de.(orgs.) **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998